

ACÓRDÃO Nº 253/2025-2ª CÂMARA

ERRATA: REPUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO Nº 253/2025-SSC – DEVIDO À INCORREÇÃO NO NÚMERO DO PROCESSO. DESCONSIDERAR O ACORDÃO INSERIDO À PEÇA 34 E A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - TCE-PI Nº 110/2025 (PÁGS. 37 - 40) DE 17/06/2025.

PROCESSO: TC/005810/2024

TIPO DE PROCESSO: REPRESENTAÇÃO – REPRESENTAÇÃO - SECEX

EXTRATO DE JULGAMENTO Nº 3737

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO REF. IRREGULARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - EXERCÍCIO: 2023

REPRESENTANTE: DIRETORIA DE FISC. DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DFCONTRATOS

REPRESENTADO: PM DE SAO MIGUEL DO TAPUIO

RESPONSÁVEL: POMPÍLIO EVARISTO CARDOSO FILHO – PREFEITO

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR: PLINIO VALENE RAMOS NETO

SESSÃO DE JULGAMENTO: 02/06/2025 a 06/06/2025 – 2ª CÂMARA

1. EMENTA. CONTROLE EXTERNO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. USO INADEQUADO DO INSTRUMENTO DE INEXIGIBILIDADE. DESCUMPRIMENTO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-PI Nº 06/2017. PROCEDÊNCIA, APLICAÇÃO DE MULTA E RECOMENDAÇÃO.

I - CASO EM EXAME

2. Representação para apuração de irregularidades na condução de processos de inexigibilidade, referente ao fornecimento de livros para Secretaria Municipal de Educação.

II - QUESTÃO EM DISCUSSÃO

3. No processo de inexigibilidade, foram constatadas irregularidades: 1) Uso inadequado do instrumento da inexigibilidade / inviabilidade de competição não demonstrada (art. 72, I, VI e art. 74, I, § 1º, da Lei nº 14.133/2021); e 2) Não cadastro das informações relativas à execução contratual no sistema Contratos Web (art. 14-A da Instrução Normativa TCE-PI nº 06/2017).

III - RAZÕES DE DECIDIR

4. A declaração de exclusividade não demonstra a inviabilidade da competição, restando ausente o motivo pelo qual o material escolhido seria o único capaz de atender às necessidades locais.

5. Ausência de estudo técnico preliminar justificando a necessidade da demanda contratada ante o fornecimento de semelhante material didático no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD.
6. Não houve o cadastramento das informações atinentes à execução contratual junto ao sistema Contratos Web, fato este que se mostrou em desconformidade ao art. 14-A da Instrução Normativa TCE-PI nº 06/2017.

IV - DISPOSITIVO E TESE

7. Procedência, aplicação de multa e Recomendação.
8. Legislação relevante citada: Constituição Federal de 1988; Lei nº 14.133/2021; Instrução Normativa TCE-PI nº 06/2017.

***Sumário.** Representação. Prefeitura Municipal de São Miguel do Tapuio. Exercício 2023. Decisão Unânime, em consonância com o parecer ministerial. Procedência. Aplicação de Multa. Recomendação.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em Sessão Virtual, considerando os relatórios da DFCONTRATOS à [peça 05](#) e [peça 25](#), a manifestação do Ministério Público de Contas às [peça 28](#), o voto do Relator Cons. Sub. Delano Carneiro da Cunha Câmara à [peça 31](#), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara Virtual, **por unanimidade** de votos, em consonância com o parecer ministerial e nos termos do voto do relator, pela:

- a) **Procedência da representação** em razão das irregularidades constadas e não sanadas.
- b) Aplicação de **multa 500 UFR/PI** ao Sr. Pompílio Evaristo Cardoso Filho (Prefeito do município de São Miguel do Tapuio), com base no art. 79, I, da Lei Estadual nº 5.888/09, c/c art. 206, II do RITCE-PI.
- c) Acolhimento das **RECOMENDAÇÕES** da DFCONTRATOS explanadas à fl.10, peça nº 25 deste processo, quais sejam:

c.1) Se **ABSTENHAM** de utilizar o instrumento da Inexigibilidade fora dos padrões legais permitidos, em consonância com os arts. 72, 73 e 74 da Lei 14.133/2021 e da Jurisprudência do TCU, mormente atentar para a necessidade de demonstrar a inviabilidade de competição;

c.2) Na instrução do processo licitatório, na fase interna, **FAÇAM CONSTAR** nos autos as justificativas da necessidade dos quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos, os quais devem ser suficientes ao atendimento da demanda do setor

requisitante. No caso de aquisição de livros didáticos, demonstrar a necessidade da aquisição ante o fornecimento gratuito no âmbito do PNLD.

c.3) **REALIZEM** o cadastro de todos os contratos firmados, com registro das atualizações e atos subsequentes pertinentes (incluindo notas fiscais, termos de recebimentos provisórios e definitivos, ordens de serviço, faturas, notas de débitos, relatórios de liquidação entre outros documentos que demonstrem a execução contratual), no Sistema Licitações e Contratos Web do TCE/PI, conforme as prescrições contidas na IN TCE/PI nº 06/2017.

Presidente: Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga.

Votantes: Presidente, Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva e a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins.

Conselheiro(s) Substituto(s) presente(s): Delano Carneiro da Cunha Câmara e Alisson Felipe de Araújo.

Representante de Ministério Público de Contas: Procurador José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e cumpra-se.

Sessão Ordinária da Segunda Câmara Virtual, em 06 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)

Cons. Subst. Delano Carneiro da Cunha Câmara Conselheiro Substituto
-Relator-

ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 39 está assinada digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF/CNPJ	Nome	Data e hora
42*.***.**3-72	DELANO CARNEIRO DA CUNHA CAMARA	02/07/2025 10:20:40

Protocolo: 005810/2024

Código de verificação: F3E411F0-55CF-4A04-8D80-FE6076876114

Portal de validação:

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>

